



MAURÍCIO
VEREADOR **GURGEL**

Natal - Projeto de Lei
Número. 33/19
Folha. 118

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal de Natal | Palácio Padre Miguelinho
GABINETE VEREADOR MAURÍCIO GURGEL

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei nº 33/2019

Assunto: Dispõe sobre a criação do Programa de Prevenção de Problemas de Audição – PPPA, no âmbito do Município de Natal.

Vereador Autor: Eleika Bezerra

I – DO RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei com o objetivo de implantar, no âmbito do Município de Natal/RN, do Programa de Prevenção de Problemas de Audição – PPPA, com o objetivo de informar conscientizar a população municipal acerca das causas e efeitos da poluição sonora, o uso inadequado dos aparelhos eletroeletrônicos e as diversas doenças e problemas auditivos.

O projeto de lei veio acompanhado da justificativa (fl. 02), Certidão de proposições semelhantes (fl. 03) e Parecer pela aprovação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (fls. 06/08), vindos os autos conclusos à Comissão de Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, para a prolação de parecer.

É o que importa relatar, por ora.

II – DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Consoante reza o artigo 63, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal/RN, a Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização tem como dentre outras atribuições, analisar aspectos financeiros e orçamentários de quaisquer proposições, quanto à sua compatibilidade com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual e quanto à sua adequação a eles.



MAURÍCIO
VEREADOR **GURGEL**

CMNat - Projeto de Lei
Número. 33/19
Folha. 186

Nesse sentido, analisando-se o presente projeto de lei, de pronto é possível verificar que o mesmo se mostra constitucional, uma vez que é cabível ao Município, por meio da sua respectiva Câmara Municipal, legislar sobre proteção e defesa da saúde em todas as suas especificidades, aí incluindo a problemas relacionados à audição (Art. 24, XII, da CF/88), bem como por atender ao que preceitua o artigo 227, inciso II, da Carta Magna, quanto ao dever do ente municipal de promover a criação de programas de prevenção e atendimento a pessoas com deficiência física, sensorial ou mental.

Ademais, a presente proposição se mostra legal, na medida em que atende ao disposto contido na Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

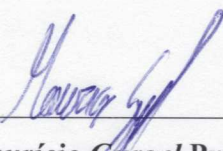
Por fim, o Projeto de Lei em epígrafe mostra-se compatível com o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, na medida em que eventuais custos de lá advindos poderão ser remanejados a partir de verbas com publicidade pública, bem como dos próprios recursos destinados à saúde – prevenção e tratamento de doenças.

III – DA CONCLUSÃO

A Em face do exposto, portanto, dada a conformidade do presente Projeto de Lei com relação a Constituição Federal de 1988, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, na condição de Relator da Comissão de Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização, emito Parecer no sentido da **APROVAÇÃO** do seu conteúdo e regular tramitação.

É o que importa manifestar.

Natal/RN, 15/04/2019



Maurício Gurgel Praxedes Filho

Relator

